

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Câmara Municipal de Alfândega da Fé**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de **65.389.769 euros** e um total de fundos próprios de **37.611.100 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **387.752 euros**), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de **26.375.054 euros** de despesa paga e um total de **26.492.454 euros** de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Câmara Municipal de Alfândega da Fé** em **31 de Dezembro de 2016**, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com POCAL.

Bases para a opinião com reservas

- O valor resultante do incumprimento contratual da sociedade “Jaime Nogueira & Filhos, Lda.”, a qual se encontra em Processo Especial de Revitalização, está estimado, nos termos do contrato de empreitada, em € 485.158,40. O referido valor não se encontra provisionado o que afeta os fundos próprios e o resultado transitado no mesmo montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.





Ênfases

- Chamamos a atenção para o facto de o Município ter dívidas vencidas da sociedade “Águas do Norte, S.A” (antiga Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro”, no montante de € 1.405.630,53. Esse valor, o qual reflete o valor debitado à data de 31.12.2016, relativo à taxa da ocupação do subsolo, está sob impugnação judicial. Pelo facto da referida sociedade não ter pago, o Município recorreu para o Tribunal Fiscal Administrativo de Mirandela, que sancionou a decisão a favor do Município. Apesar de não ter transitado em julgado, pelo facto da entidade demandada ter recorrido para um Tribunal Superior não é inteiramente seguro que o Município ganhe a acção e realize o valor do ativo em discussão.
- Chamamos a atenção que da análise à execução orçamental verificámos que as despesas correntes acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foram superiores às receitas correntes brutas cobradas em € 154.931,27, o que se traduz num desequilíbrio orçamental desse montante, nos termos do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro.
- Chamamos atenção para a necessidade do cumprimento da especialização de custos e proveitos, por forma a evitar um elevado número de movimentos na rubrica 59 – Resultados transitados, e da observância, em todos os procedimentos, da autorização prévia e da cabimentação à data de toda e qualquer fatura.
- Chamamos a atenção para o facto do resultado do exercício ter sido negativo em € 387.752, apesar de o cash-flow (meios libertos) ser positivo em € 959.591, pelo que o valor do resultado do período deve merecer a maior atenção para ajustar a estrutura de exploração com vista ao seu equilíbrio.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Bragança, 11 de abril de 2017

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda